

Sua fama: um homem que não sabe dizer não.

Crítico contumaz do presidencialismo, o deputado Bernardo Cabral foi um incansável defensor do parlamentarismo durante a elaboração da nova Constituição. Na época, como relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Cabral não deixou passar em branco o que ele julgava ser o maior defeito do atual sistema de governo: o critério de escolha dos ministros. E foi irônico em seus discursos: "No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, escolhe-se para o cargo amigos pessoais do presidente, os que convivem com o presidente, os que dispõem do afeto do presidente. Por isso acontece isso que está aí". Para ele, o maior mérito do parlamentarismo é derrubar os ministros que perdem a confiança do Parlamento.

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado e futuro ministro da Justiça do governo Collor se diz um liberal de centro-esquerda. José Bernardo Cabral (57 anos) iniciou sua vida pública em 1957, quando assumiu a chefia da Polícia do Amazonas, indicado pelo então governador Gilberto Mestrinho. No ano seguinte, foi secretário do Interior e Justiça do Estado, função que deixou para comandar a Casa Civil, em 1959. Egresso do PTB-AM, partido pelo qual foi eleito deputado estadual, Cabral passou para o MDB em 1966, elegendo-se deputado federal. Em 1969 foi cassado pelo AI-5.

Como presidente da OAB, Bernardo Cabral sempre defendeu as eleições diretas em todos os níveis, a reforma agrária e o fim da Lei de Segurança Nacional. Apesar de sabida amizade que mantém com vários comandantes militares, criticou, durante o regime militar, o descumprimento da Constituição, principalmente no que se referia à impossibilidade de o vice-presidente, na época Aureliano Chaves, substituir o general João Baptista Figueiredo na Presidência. "Esse descumprimento à Constituição começou em 1964", dizia. Mesmo assim sempre se mostrou otimista com o futuro, afirmado que "caminhamos da rua estreita da abertura política para a avenida larga da democracia".

Enquanto relator, era favorável aos seis anos para o presidente Sarney, ao mesmo tempo que lhe pedia para implantar o parlamentarismo, declarando que "o nosso presidencialismo foi filho dileto e direto da monarquia, dai seus defeitos".

Foi pelas mãos do senador e ex-candidato à Presidência da República, Mário Covas (PSDB), que ele chegou ao cargo de relator da Constituinte. Amigos pessoais de anos (foram cassados juntos), Covas ajudou Cabral a derrotar Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, que também concorriam ao cargo. Assim que assumiu, foi elogiado por uns e criticado por outros, que o acusavam de não se importar com o conteúdo das emendas por ele aprovadas e sim com as pessoas que apresentavam a proposta. Esse estilo se revelou delicado nas discussões importantes. Cabral prometeu uma coisa e fez outra com a questão dos militares e quase gerou uma crise. Mas neste, como em outros casos, soube contemporizar os problemas, ficando conhecido como um político que não sabe dizer não.

A esquerda o acusou, algumas vezes, de favorecer as jogadas do Centrão, mas, graças aos "acordos de liderança", que permitiram aprovar o texto final da Nova Carta, transferindo a Legislação Complementar muitas questões polêmicas, Cabral passou de vice-rei da Constituinte, logo abaixo de Ulysses Guimarães. No ano passado, chegou a ser considerado candidato de Ulysses à presidência da Câmara, em oposição a Paes de Andrade. Mais uma vez fez acordos e retirou a candidatura em troca da presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, caso Paes vencesse. O que se concretizou.